



SPG 01 – A democracia em rede: técnicas, tecnologias e capacidades participativas

Coordenação: Eduardo Moreira da Silva (UFMG)

Daniel Pitangueira de Avelino (UCB)

Democracia digital: os encontros e desencontros da Comunicação com a Ciência Política - um estudo a partir das teses e dissertações produzidas no Brasil entre 2004 e 2018

Licemar Vieira Melo

(Bolsista CAPES/PROSUC
UNISINOS-São Leopoldo, RS)

Democracia digital: os encontros e desencontros da Comunicação com a Ciência Política - um estudo a partir das teses e dissertações produzidas no Brasil entre 2004 e 2018

(Trabalho em elaboração, pede-se não citar)

Licemar Vieira Melo¹

(Bolsista CAPES/PROSUC
UNISINOS-São Leopoldo, RS)

Resumo:

Este trabalho divulga uma pesquisa exploratória, em desenvolvimento no PPG em Ciências Sociais da UNISINOS em São Leopoldo-RS, que busca identificar as diferentes abordagens - objetos de estudo, perspectivas, enfoque, referenciais teóricos e metodológicos - de teses e dissertações sobre o tema 'democracia digital', produzidas nos PPGs de Comunicação e Ciência Política nas universidades brasileiras, entre 2004-2019. Essa investigação vai permitir a reflexão, em termos de produção de conhecimento acadêmico, sobre os olhares que as diferentes Ciências Sociais estão lançando sobre esse novo campo de estudos, que surge do cruzamento entre as possibilidades disponibilizadas pelas Novas Tecnologias da Informação e Comunicação e a necessidade de criação de novos espaços capazes de renovar as experiências democráticas, no contexto contemporâneo, chamado de 'democracia digital'. Esse *paper* traz o resultado de um recente exercício de coleta de dados, de abril de 2019, em que foram selecionadas as teses e dissertações defendidas entre 2004 e 2018, que contemplavam a discussão dessa temática em seus capítulos teóricos, produzidas nos PPGs de Comunicação e Ciência Política. Com ele percebeu-se que, no Brasil, as duas áreas: a) analisam prioritariamente iniciativas institucionais, ou seja, aquelas nas quais, através da internet, o Estado estabelece canais de interlocução com a sociedade, como as consultas *online*, os parlamentos e governos eletrônicos; b) investigam a participação e a deliberação *online*; c) apresentam diferentes enfoques de investigação.

Palavras-chave: Democracia, Novas Tecnologias da Informação e Comunicação, Democracia digital.

¹ Doutoranda no PPG em Ciências Sociais da UNISINOS-São Leopoldo/RS, da linha de pesquisa Atores Sociais, Políticas Públicas e Cidadania.

1.Introdução

Vivemos na “Sociedade da Informação” (CASTELLS, 2007), em que estar inserido significa conectar-se a uma plataforma virtual, a rede mundial de computadores - internet. A um *click* de distância, e atualmente na palma da mão, estão transações financeiras e comerciais, mensagens eletrônicas, publicações científicas, *home-pages* de empresas públicas e privadas, portais de notícias, redes sociais mediadas por computador, entre várias outras possibilidades.

A partir desse cenário surge um questionamento: da mesma forma que a internet, enquanto mídia que possibilita o processo comunicativo em rede, é utilizada para fins mercadológicos, financeiros e educacionais, ela pode ser utilizada para fins sociopolíticos ou seja, se configurar em um novo espaço de interlocução entre o Estado e a sociedade, potencializando a participação e a deliberação política *online*, nas democracias contemporâneas?

Tanto as iniciativas que partem do Estado como as que partem da sociedade e utilizam a internet para mediar a interlocução entre esses distintos atores sociais, tem sido estudadas a partir da introdução de um novo conceito, que contempla a relação entre a comunicação e a democracia, denominado democracia digital, que é defendido por Gomes (2016) como um novo campo de estudos – autônomo e com produção científica considerável

Recentemente essa temática passou a despertar o interesse acadêmico de pesquisadores brasileiros de diversas áreas do conhecimento que, então, passaram a investigá-la. Mas o que está sendo entendido por democracia digital, nessas pesquisas? E qual é a abrangência desse tema, já que o encontro da democracia com a cultura digital apresenta uma série de possibilidades para a relação entre Estado e sociedade?

Percebe-se que a utilização da internet na interlocução entre os distintos atores sociais ratifica a incorporação da cultura digital na contemporaneidade e a possibilidade da mesma ser utilizada na arena política pode representar ganhos para as práticas democráticas, mas isso é o suficiente para se defender o surgimento de uma nova democracia, digital, enquanto área de conhecimento?

Foram questionamentos como esses que deram origem a uma pesquisa no PPG em Ciências Sociais da UNISINOS, em São Leopoldo-RS, a partir de uma tese, em processo de produção. Essa investigação busca identificar as diferentes abordagens de teses e

dissertações sobre o tema ‘democracia digital’ produzidas, especificamente, nos PPGs de Comunicação e Ciência Política nas universidades brasileiras, entre 2004 e 2019 - a escolha pelos trabalhos produzidos nessas duas áreas se deve ao fato de que a discussão da democracia digital pressupõe, através do surgimento das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs), especificamente da internet, a mediação do processo comunicativo, nas práticas democráticas contemporâneas e, portanto, remete a reflexões em torno da relação entre a comunicação e a democracia; sendo essa última, a democracia, uma discussão consolidada na Ciência Política. Por abordagens entende-se a identificação de: objetos de estudo, perspectivas, ênfase, referenciais teóricos, metodológicos, divergências e convergências, além da percepção de tendências.

O objetivo geral da investigação, aqui divulgada (e em processo de produção), é o de perceber o que está sendo entendido por democracia digital nas teses e dissertações produzidas no Brasil por essas duas Ciências Sociais – a Comunicação, nesse caso, enquanto Ciência Social Aplicada.

O objeto dessa investigação é, portanto, o próprio conceito de democracia digital que está sendo contemplado nessas pesquisas.

2. Revisitando conceitos

A partir da proposta dessa investigação optou-se, como marcos teóricos, por contemplar discussões em torno da democracia, das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (NTICs) e, por fim, como um encontro entre a democracia e as NTICs, abordar da democracia digital. Na sequência há breves apontamentos em torno desses temas.

A abordagem da democracia irá contemplar as teorias democráticas liberal, deliberacionista e participativa, a partir de discussões propostas por Joseph Schumpeter, Robert Dahl, Juergen Habermas e Carole Pateman. Já as potencialidades de comunicação em rede, representadas pelo surgimento da internet serão contempladas na abordagem das NTICs, a partir de reflexões propostas por Pierre Levy, Manuel Castells, André Lemos e Raquel Recuero. E as discussões em torno da democracia digital contemplarão, principalmente, as abordagens propostas por Wilson Gomes.

2.1. Democracia

As discussões em torno da teoria democrática implicam no estudo da relação construída entre o Estado e os demais atores sociais ao longo do tempo. Bobbio (2009) define a democracia como um sistema político que se apresenta como um contraponto aos regimes autocráticos e totalitários, pois prescinde de “um conjunto de regras de procedimento para a formação de decisões coletivas, em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados”. (BOBBIO, 2009, p. 22)

Desde a Antiguidade até os dias atuais houve diferentes vivências democráticas. Antes de abordar as teorias democráticas contemporâneas que fazem parte do referencial teórico dessa pesquisa – liberal, deliberacionista e participacionista - dois marcos teóricos precisam ser destacados: a teoria clássica da democracia proposta por Aristóteles, a partir de uma vivência de democracia direta, e as questões relativas à soberania popular, defendidas por Rousseau, na Modernidade, a partir do surgimento da democracia representativa.

Aristóteles entende a democracia como o modelo de governo do povo ou, mais precisamente, daqueles que gozavam de cidadania e por isso tinham o direito de participação nas assembleias nas quais se discutia os destinos daquela sociedade- condição garantida a poucos naquela sociedade, pois dela eram excluídos: estrangeiros, mulheres, escravos e menores de 18 anos (LANDIM, 2013 e CABRAL NETO, 1997).

Mais tarde houve uma associação da democracia à soberania popular “de modo que o poder deriva do povo, tornando-se a partir disso, representativo” (LANDIM, 2013, p. 540). Essa perspectiva é defendida por Jean-Jacques Rousseau, segundo o qual “ (...). É contra a ordem natural que o grande número governe e seja o pequeno governado. Não se pode imaginar que o povo reúna-se continuamente para cuidar dos negócios públicos (...)”(ROUSSEAU, 2010, p. 65). Para ele o exercício da soberania se dá a partir do surgimento de uma vontade geral, coletiva, que tem o intuito de “dirigir as forças do Estado segundo o fim de sua instituição, o bem comum [...]” (*idem*, p. 33).

Esses dois elementos – o governo do povo e a existência de uma vontade geral, coletiva, com o propósito do bem comum – reaparecem, frequentemente em várias teorias democráticas.

Na contemporaneidade Miguel (2005) propõe um esboço de mapeamento da teoria democrática, que está presente no debate acadêmico atual, tendo como referência a democracia representativa, a partir de cinco correntes: pluralismo liberal, teoria

deliberativa, o republicanismo cívico, o participacionismo e o multiculturalismo. Nessa investigação serão contempladas três correntes: o pluralismo liberal, a teoria deliberativa e o participacionismo.

Sobre o pluralismo liberal Miguel (2005) defende que um projeto democrático pressupõe “um conjunto de liberdades cidadãs, competição eleitoral livre e multiplicidade de grupos de pressão, que se envolvem em coalizões e barganhas, cada qual tentando promover seus interesses” (p. 07). O autor enfatiza, entretanto, que a ideia de “governo do povo” é esvaziada “na medida em que aos cidadãos comuns cabe, sobretudo, formar o governo, mas não governar”. (p. 07-8)

A partir da obra *Capitalismo, socialismo e democracia*, Josep Schumpeter é referido por Miguel (2005) como o ponto de partida da teoria democrática liberal, no contexto contemporâneo.

A visão de Schumpeter é profundamente desencantada quanto às possibilidades de que a democracia cumprisse quaisquer de suas promessas fundamentais — governo do povo, igualdade política, participação dos cidadãos na tomada de decisões. (MIGUEL, 2005, p. 10)

Para Schumpeter “o método democrático é um sistema institucional, para a tomada de decisões políticas, no qual o indivíduo adquire o poder de decidir mediante uma luta competitiva pelos votos do eleitor” (SCHUMPETER, 1961, p. 328). Ou seja, para ele, a democracia legitima o governo de uma minoria e restringe o povo ao mero papel de eleitor, sendo que, nesse processo, o voto funciona como uma aceitação da liderança. “O princípio da democracia, então, significa apenas que as rédeas do governo devem ser entregues àqueles que contam com maior apoio do que outros indivíduos ou grupos concorrentes”. (*idem*, p. 332)

Influenciado pelo pensamento de Schumpeter, Robert Dahl (1997) amplia a concepção liberal da democracia contemporânea, cotejando o pluralismo, ao defender “um sistema político que distribua a capacidade de influência entre muitas minorias” (MIGUEL, 2005, p. 11). Dahl defendia a ampliação da participação no processo político e o reconhecimento do direito de contestação, através da definição de poliarquia, que corresponde a “regimes que foram substancialmente popularizados e liberalizados, isto é, fortemente inclusivos e amplamente abertos à contestação pública”. (DAHL, 1997, p. 31).

Para esse autor, “na medida em que um sistema torna-se mais competitivo ou mais inclusivo, os políticos buscam o apoio dos grupos que agora podem participar mais facilmente da vida política”. (*idem*, p. 43)

Já a teoria deliberativa se apresenta como um rompimento com a corrente liberal, por, segundo Miguel (2005) contestar a percepção da democracia como um método para agregar as preferências individuais já estabelecidas, pois, ao contrário, essas preferências se dão por meio de interações sociais e debates na esfera pública; além de enfatizar a igualdade na participação e a autonomia que se refere “a produção das normas sociais pelos próprios integrantes da sociedade, é resgatada como o valor fundamental que guia o projeto democrático”. (MIGUEL, 2005, p. 13)

Essa é uma corrente muito influenciada pelo pensamento de Juergen Habermas. “Seu ideal é que as decisões políticas sejam fruto de uma ampla discussão, na qual todos tenham condições de participar em igualdade, apresentando argumentos racionais, e ao fim da qual haja consenso”. (MIGUEL, 2005, p. 08). Um conceito chave nessa teoria é o de esfera pública que, numa perspectiva de sociedade burguesa e, portanto enquanto categoria histórica, foi definida por Habermas, na década de 1960, como a “esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade (...)”. (HABERMAS, 2003, p. 42). A esfera pública aparece numa clara alusão à separação entre o poder público e as pessoas privadas, ou entre Estado e Sociedade.

A questão da igualdade de participação é assim referida por Habermas

A esfera pública burguesa se rege e cai com o princípio do acesso a todos. Uma esfera pública da qual certos grupos fossem excluídos, não é apenas, digamos, incompleta: muito mais, ela nem sequer é uma esfera pública. Aquele público, que pode ser sujeito do Estado de Direito burguês, entende então também a sua esfera como sendo pública neste sentido estrito: antecipa, em suas considerações, a pertença, por princípio, de todos os homens a ela. (*idem*, p. 105)

Todavia há uma relativização dessa igualdade de participação que se dá, conforme destaca Habermas, no sentido de que, na sociedade burguesa, a propriedade e a formação educacional se apresentavam como “qualificações de um homem privado com acesso à esfera pública” (HABERMAS, 2003, p. 107).

E a teoria participacionista enfatiza a “necessidade de ampliação dos espaços de decisão coletiva na vida cotidiana. O chamamento episódico à participação nas questões públicas, no período eleitoral, é julgado insuficiente para promover a qualificação das cidadãs e dos cidadãos” (MIGUEL, 2005, p. 08). Como destaca o autor, essa teoria não faz referência a um retorno à democracia direta, mas sim a “combinação dos mecanismos representativos com a participação popular na base” (*idem*). As experiências de orçamento participativo de vários municípios brasileiros são citadas por Miguel como exemplo da referida combinação.

Carole Pateman é uma das referências da teoria participativa. A autora defende que essa teoria “é construída em torno da afirmação central de que os indivíduos e suas instituições não podem ser considerados isoladamente. A existência de instituições representativas a nível nacional não basta para a democracia” (PATEMAN, 1992, p. 60)

Pateman destaca que “(...) na teoria participativa, a ‘participação’ refere-se à participação (igual) na tomada de decisões, e, ‘igualdade política’ refere-se à igualdade de poder na determinação das consequências das decisões” (*idem*, 61)

Sobre a teoria democrática participacionista Miguel (2005) destaca que há, a partir dos autores dessa corrente, uma contraposição a rígida separação entre Estado e Sociedade. O autor enfatiza ainda que a ampliação da participação popular na base, além de requerer uma estrutura representativa piramidal, possibilita um maior controle sobre os representantes políticos.

2.2. Novas Tecnologias de Comunicação e Informação

Depois de contemplar breves apontamentos das teorias democráticas contemporâneas que farão parte da revisão de literatura da investigação aqui divulgada, a abordagem será direcionada para a discussão em torno das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação – NTICs, que englobam os novos meios utilizados para “[...] agilizar, horizontalizar e facilitar a captação, a transmissão e a distribuição de informações em rede, surgidos no contexto da Terceira Revolução Industrial” (VELLOSO, 2014, p. 11). Nesse sentido o autor destaca que esses novos meios foram desenvolvidos, gradativamente, a partir da metade dos anos de 1970, com o auge nos anos de 1990, quando ocorreu a expansão comercial da internet.

Assim sendo, as NTICs são marcadas pelo surgimento da comunicação mediada por computador, através da internet², que passa a se configurar em um novo e mais complexo mediador do processo comunicativo (LÉVY, 1999; CASTELLS, 2003).

Nesse caminho Albuquerque (2002, p. 01) já havia defendido que

[...] o estudo da comunicação mediada pelo computador faz apelo a uma outra concepção de meio de comunicação. Mais do que um intermediário entre um emissor e um receptor, ele deve ser entendido como um meio ambiente tecnologicamente constituído, no qual se processam relações comunicativas.

Inserida na abordagem das NTICs se faz necessário, nessa pesquisa, discutir especificamente a internet, não apenas como um novo meio de comunicação que permite a convergência de mídias tradicionais e disponibiliza simultaneamente distintos recursos midiáticos (textos, áudios, vídeos, animações, etc.) mas que, através da inserção de um novo espaço, o virtual, introduz novas formas de relações sociais que passam a ser mediadas pelo processo comunicativo. As implicações da internet na própria vida social, a partir da introdução de uma cultura digital, são reflexões propostas por autores como Lemos (2008); Recuero (2009) e Lemos e Lévy (2010).

Lévy (1999) aborda a cultura digital a partir da expressão cibercultura que envolve “o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço” (*idem*, p. 17).

A cibercultura pressupõe a existência de um ciberespaço, um espaço virtual que representa “não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informação que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo” (LÉVY, 1999, p. 17). Esse espaço virtual, entretanto, tem relação com o mundo *off-line*

Certamente as relações sociais, as ideias e as práticas que circulam nas redes de computadores existem também no mundo desconectado, mas a

² A Internet foi criada em 1969 pela Agência de Pesquisa e Projetos Avançados (ARPA), uma organização do Departamento de Defesa norte-americano, para fins militares, com o objetivo de garantir uma comunicação emergencial caso os Estados Unidos fossem atacados por outros países. Mais tarde ela foi ampliada e disponibilizada a várias universidades norte-americanas, para fins científicos. Já a internet (*world wide web*), como é conhecida atualmente, foi criada em 1980 por Tim Berners Lee e, com o passar dos anos, foi sendo aprimorada. A expansão da rede mundial de computadores começou, efetivamente, a partir dos anos de 1990, quando ela surgiu comercialmente para o resto do mundo (FERRARI, 2003).

ligação via máquina imprime características específicas a essas práticas. Dessa maneira, a cibercultura não é um marco zero na cultura da humanidade, mas traz uma série de particularidades por acontecerem em um espaço conectado por computadores (MARTINO, 2015, p. 17).

Direcionando para o objeto de estudo desse projeto de pesquisa é importante destacar o pensamento de Lévy (2011, p. 66) que passa a discutir a internet como um possível espaço “de uma nova forma de democracia direta em grande escala”. Esse autor denomina o referido espaço, que segundo ele tem o potencial para promover o surgimento de uma fala coletiva, de “ágoras virtuais” (*idem*, p. 78).

2.3.A democracia digital

Depois de abordar a democracia e a democracia e as NTICs é possível propor um olhar sobre a democracia digital, que justamente resulta do encontro entre a democracia e as Novas Tecnologias da Informação e Comunicação, sendo definida como uma “complexa relação entre tecnologias digitais e práticas democráticas” (SILVA, SAMPAIO e BRAGATTO, 2016, p. 17).

Esse encontro entre a comunicação e a democracia, que possibilitou o surgimento dessa nova temática - democracia digital – aconteceu, por um lado, pelo desenvolvimento das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTICs), especificamente a internet e, por outro, pela crise da democracia representativa contemporânea³.

O surgimento de novos espaços virtuais, que incorporam as demandas políticas da sociedade, insere-se em um quadro de crise da democracia representativa (ou da sua legitimidade) com a incorporação das novas ferramentas (TICs) que permitem novos desenhos participativos. (ARAÚJO, PENTEADO e SANTOS, 2015, p. 1600)

Gomes é referência na discussão dessa temática, no Brasil⁴. Foi ele que, em 2005, definiu a democracia digital - também discutida na literatura a partir de termos correlatos

³ A participação social, por se restringir ao processo eleitoral, passou a ter dificuldades de legitimação e de funcionamento. (Bonavides, 2006; Araújo, Penteado e Santos, 2015).

⁴Wilson Gomes é pesquisador no Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea na Universidade Federal da Bahia (UFBA). É autor e co-autor de artigos e livros sobre o tema. Atualmente (2019) coordena o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT-DD) que envolve pesquisadores 51 pesquisadores brasileiros, de 20 Programas de Pós-graduação nas áreas de Ciência Política, Comunicação, Administração, Direito, Ciência da Computação e Interdisciplinar e 36 pesquisadores

como democracia virtual, democracia eletrônica, e-democracia, ciberdemocracia e democracia *online* – referindo-se a ela como “à experiência da internet e de dispositivos que lhe são compatíveis, todos eles voltados para o incremento das potencialidades de participação civil na condução dos negócios públicos”. (GOMES, 2005, p. 217).

As primeiras discussões teóricas da democracia digital, no Brasil, foram marcadas pela alusão à participação da sociedade na esfera política, através da internet. Nesse caminho Sampaio, numa alusão a descrição de um projeto de Democracia Digital para o Reino Unido de 2002, feita por Coleman e Blumler (2009) apresentam a definição de democracia digital como o uso das “tecnologias para energizar a vida política e democrática da nação, buscando modernização constitucional, tomada de decisões descentralizadas, aumento da transparência e dos direitos dos cidadãos” (SAMPAIO, 2013, p. 59)

A democracia digital, todavia, se apresenta em graus diferenciados, a partir do nível de participação da sociedade, através da internet, nas decisões políticas. Isso é o que afirma Gomes *apud* Silva (2005) ao descrever os cinco graus da democracia digital. O primeiro grau corresponde na ênfase na disponibilidade de informação e na prestação de serviços públicos, o segundo consiste no emprego das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) para colher a opinião pública e utilizar esta informação para a tomada de decisão política; o terceiro se refere aos princípios da transparência e da prestação de contas (*accountability*); o quarto grau consiste na criação de processos e mecanismos de discussão, visando o convencimento mútuo para se chegar a uma decisão política tomada pelo próprio público, definindo práticas mais sofisticadas de participação democrática e, por fim, o quinto grau se preocupará com os processos de deliberação, mantendo a esfera política em seu papel de representatividade.

Mais tarde Gomes propôs uma ampliação da abordagem da democracia digital, que não fica restrita a participação social, mas passa a se referir a própria interlocução entre o Estado e a sociedade, mediada pelo processo comunicativo (internet), e aos ganhos democráticos advindos desse processo. Assim, a democracia digital passou a ser entendida como

[...] qualquer forma de emprego de dispositivos (computadores, celulares, *smart phones*, *palmtops*, *ipads*...), aplicativos (programas) e ferramentas (fóruns, sites, redes sociais, mídias sociais...) de tecnologias digitais de comunicação para complementar, reforçar ou corrigir aspectos das práticas políticas e sociais do Estado e dos cidadãos em benefício do teor democrático da comunidade política. (GOMES, 2011, p. 27-28).

Nessa mesma perspectiva ampliada da democracia digital Silva, Sampaio e Bragatto (2016), apresentam duas diferentes ênfases que a mesma pode assumir.

A ênfase social se refere à questões como “o engajamento político, o fortalecimento da esfera pública, a apropriação política das ferramentas digitais; relação entre novas tecnologias e capital social” (SILVA, SAMPAIO e BRAGATTO, 2016, p. 20). Já a ênfase institucional compreende, segundo os autores, a conformação digital das instituições democráticas⁵ e as iniciativas institucionais do Estado em direção aos cidadãos em duas perspectivas: (a) disponibilização de serviços públicos *online* e governo eletrônico; (b) garantia de espaços de participação e ou deliberação *online* dos cidadãos, como fóruns de discussão, consultas públicas *online*, etc.

Admitindo a democracia digital como uma temática recente⁶, que não se origina de uma ideia simplista de aproximação ou confluência da democracia com a cultura digital, mas surge como uma simbiose, um conceito novo, que decorre da apropriação de um conjunto de discussões já consolidadas na área da Ciência Política, como as teorias democráticas, marcadas, na contemporaneidade, pelos seus vieses participativo e deliberativo com o incremento das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação, especificamente a internet; o que ela traz, utilizando as palavras de Gomes (2011) em benefício do teor democrático? Entendendo, conforme Gomes, o teor democrático à: garantia da liberdade de expressão e participação deliberativa dos cidadãos; transparência

⁵Cidades, governos e parlamentos eletrônicos, além de partidos políticos *online* são citados como exemplos pelos autores.

⁶Gomes defende que a democracia digital deve ser vista como um campo de pesquisa “claramente delimitado e com direito a reivindicar autonomia e consolidação” (GOMES, 2016, p. 44). Esse autor justifica que a área, que na atualidade tem uma produção crescente e constante, com cerca de 500 títulos publicados anualmente “com contribuições provenientes de várias áreas do conhecimento, institucionalizada em vários centros e grupos de pesquisas, mundo afora, pode reivindicar cidadania científica, no mínimo como uma especialidade” (*idem*).

pública dos governos (*accountability*); experiência de democracia direta; inclusão das minorias, o que garante um pluralismo no debate público.

3. Metodologia

Essa investigação utiliza métodos quanti-qualitativos e se caracteriza como estado da arte, embora também necessite de uma revisão sistemática dos capítulos teóricos que discutem a democracia digital, nas teses e dissertações a serem analisadas.

Os dados serão coletados a partir de fontes secundárias, através de buscas nos seguintes portais eletrônicos: a) Portal de Teses e Dissertações da CAPES; b) Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); c) Bibliotecas Digitais de Instituições de Ensino Superior com produção considerável sobre o tema democracia digital; d) Diretório de Teses e Dissertações sobre Mídia e Política da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (COMPOLÍTICA).

A análise de dados se dará por meio de análise de conteúdo, sendo que algumas categorias de análise já estão definidas e buscam identificar: objeto de investigação; o objetivo geral; perspectiva da pesquisa (subcategorias institucional, contemplando iniciativas que partem do Estado; e social, contemplando iniciativas que partem da sociedade); referencial metodológico (subcategorias: método de pesquisa; tipo de pesquisa; fonte de coleta de dados; a técnica de análise de dados e o tratamento dos dados coletados); referencial teórico (subcategorias: autores e obras contemplados) e o principal resultado da pesquisa.

Os dados coletados serão submetidos a tratamento descritivo, quantitativo e interpretativo.

4. Dados Preliminares:

Em um exercício piloto de coleta de dados, realizado em abril de 2019, que utilizou duas das quatro bases de dados selecionadas - Portal de Teses e Dissertações da CAPES e Diretório de Teses e Dissertações sobre Mídia e Política da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (COMPOLÍTICA) - permitiu o levantamento de algumas informações preliminares, que deverão ser corroboradas em novas coletas que acontecerão, no decorrer dessa investigação de doutorado.

Na busca realizada foram utilizadas as seguintes expressões filtro: “democracia digital”, “democracia eletrônica”, “ciberdemocracia” e “democracia *online*”, consideradas, na literatura, como correlatas. A partir desse filtro o critério que definiu a seleção das pesquisas foi a discussão teórica da democracia digital (DD), ou de uma das expressões correlatas já mencionadas, nos capítulos teóricos (como título ou subtítulo de capítulo).

Esse exercício resultou na seleção de 41 teses e dissertações produzidas entre 2004 e 2018. Os mesmos são descritos na sequência, a partir de dois quadros – um para os trabalhos produzidos nos PPGs de Comunicação e outro para os trabalhos produzidos nos PPGs de Ciência Política. Esses trabalhos são apresentados na ordem cronológica em que foram produzidos.

Quadro 1: Trabalhos produzidos nos PPGs em Comunicação (UFBA, UnB, UFMG, PUC-RS, UFSM, UFG, UNESP, FAC.CÁSPER LÍBERO, PUC-Rio, UFRJ)

Trabalho / referência	Discussão teórica da Democracia Digital: Capítulo (C)/Subcapítulo (S)
01-MARQUES, F. P. J. A. Dimensões da Ciberdemocracia: conceitos e experiências fundamentais. 2004. 201 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporânea). Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea. Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador.	(S) - A teledemocracia e as diferentes compreensões de democracia digital
02-SILVA, S. P. da. Política e Ciberespaço: graus de participação democrática no uso da internet pelos governos das capitais brasileiras. 2005. 197f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporânea). Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea. Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador.	(S) - Democracia eletrônica , teledemocracia e democracia digital: delimitação terminológica (S) - Ciberdemocracia: discursos sobre a potência da técnica (S) - Graus de democracia digital -
03- SOUZA, R. L. S. de. Sobre promessas da era internet: uma análise de mudanças no relacionamento estado-sociedade decorrentes da utilização intensiva de tecnologias de comunicação e informação por agentes públicos no Brasil. 2008. 478 f. Tese (Doutorado em Comunicação). Programa de Pós-graduação em Comunicação. Universidade de Brasília (UnB). Brasília – DF.	(S) - Mundos reais e virtuais: entendendo o Ciberespaço e a Ciberdemocracia
04- LORDELO, T. da S. Análise das ferramentas web utilizadas pela comissão permanente de legislação participativa da Câmara dos Deputados. 2009. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporânea). Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea. Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador.	(S) - Democracia digital

<p>05-SAMPAIO, R. C. Participação e deliberação na Internet: um estudo de caso do Orçamento Participativo Digital de Belo Horizonte. 2010. 188 f. Dissertação. Mestrado em Comunicação Social. Programa de Pós-graduação em Comunicação Social e Sociabilidade. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte – MG.</p>	<p>(S)-Governo eletrônico X democracia digital</p>
<p>06-MARCONDES, V. Internet, democracia e participação popular: Discutindo experiências participativas. 2011. 234 f. Tese. Doutorado em Comunicação Social. Programa de Pós-graduação em Comunicação Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Porto Alegre-RS</p>	<p>(S) - Os rumos da democracia eletrônica</p>
<p>07- AMORIM, P.K.D.F. Democracia e internet: A transparência de gestão nos portais das capitais brasileiras. 2012. 348f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporânea). Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea. Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador.</p>	<p>(S) - Democracia digital</p>
<p>08-KEGLER, B. Comunicação pública e democracia digital: análise das estratégias comunicacionais dos portais de municípios gaúchos com mais de cem mil habitantes. 2012. 159 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Programa de Pós-graduação em Comunicação. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria-RS.</p>	<p>(C) - Déficit democrático e democracia digital</p>
<p>09-SOUSA, M. I. de. Cidadania, participação e deliberação online: um estudo de caso dos sites e-democracia e votenaweb. 2012. 222 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Programa de Pós-graduação em Comunicação. Universidade Federal de Goiás (UFG). Goiânia-GO.</p>	<p>(S) - Caminhos para a ciberdemocracia</p>
<p>10-TEJERA, M. H. D. Ciberdemocracia e movimentos dos trabalhadores rurais sem terra: práticas comunicacionais no terreno da esfera pública virtual. 2012. 230 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Porto Alegre – RS.</p>	<p>(C) - Ciberdemocracia: do que estamos falando?</p>
<p>11-AZEVEDO, D. P. de. Internet, representação e instituições públicas: um estudo sobre as contribuições da internet para o aprimoramento da representação política. 2013. 111 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporânea). Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea. Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador-BA.</p>	<p>(S) - O ideário da Democracia Digital (S) - Democracia digital: novo design institucional? (S) - Variedades de projetos em Democracia Digital</p>
<p>12-DIDONI, B. <i>Avaliação de acessibilidade e informações sobre políticas públicas para pessoas com deficiência em portais eletrônicos de governo paulistas</i>. 2013. 107 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Programa de Pós-graduação em Comunicação. Universidade Est. Paulista Júlio Mesquita Filho (UNESP). Bauru-SP.</p>	<p>(S) - Democracia digital: novo ambiente para as políticas</p>
<p>13-SILVA, M. P. A. e. <i>Participação política e transparência online: um panorama sobre a democracia digital no Brasil a partir de iniciativas da sociedade civil</i>. 2013. 181 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporânea). Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea. Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador-BA.</p>	<p>(C) - Democracia digital: contexto, expectativa e possibilidades (C) - Participação política e transparência <i>online</i> em iniciativas de democracia digital (C) -As iniciativas civis brasileiras de democracia digital</p>
<p>14-AMARAL, V. G. B. do. Lei de acesso à informação e serviços eletrônicos ao cidadão: o cenário latino-americano e as propostas para o Brasil. 2014. 156 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação).</p>	<p>(S) - Democracia digital</p>

Programa de Pós-graduação em Comunicação. Universidade Est. Paulista Júlio Mesquita Filho (UNESP). Bauru-SP.	
15-SAMPAIO, R. C. Orçamentos participativos digitais: um mapeamento mundial das experiências já realizadas e suas contribuições para e-participação e e-democracia. 2014. 361 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporânea). Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea. Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador-BA.	(C) - Termos, conceitos e fases e-relacionadas a e-democracia ; (C) - Modelos e classificações da e-democracia (C) - O conceito de e-democracia
16-SILVA, K. V. da. Governo eletrônico, democracia digital e comunicação pública: a presença do Poder Judiciário na internet. 2014. 137 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Programa de Pós-graduação em Comunicação. Universidade Est. Paulista Júlio Mesquita Filho (UNESP). Bauru-SP.	(C) - Conceitos, perspectivas e desafios de governo eletrônico e democracia digital
17- TAVARES, D. N. Nos esconderijos da virtualidade: o “homem cordial” nas vinculações via redes sociais online entre senadores e cidadãos. 2014. Dissertação. Mestrado em Comunicação. Programa de Pós-graduação em Comunicação. Universidade de Brasília (UnB). Brasília-DF.	(S) - Ciberdemocracia à moda brasileira
18-CAMARGO, A. C. Comunicação pública, cidadania e internet: a popularização da ciência nos portais eletrônicos de governo. 2015. 149f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Programa de Pós-graduação em Comunicação. Universidade Est. Paulista Júlio Mesquita Filho (UNESP). Bauru-SP.	(C) - Engajamento e participação como meios para alcançar a democracia digital
19-KOEFENDER, P. Comunicação pública e democracia digital: atuação, potencialidades e desafios do gabinete digital do Rio Grande do Sul. 2015 143 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Programa de Pós-graduação em Comunicação. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Santa Maria - RS.	(C) - Comunicação pública e Democracia Digital
20- GALVAO, N. P.N. Sistemas públicos de petições eletrônicas e participação política: um estudo comparativo. 2015. 180 f. Dissertação. Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporânea. Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea. Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador-BA.	(S) - Democracia Digital e Participação política
21-GRANATO, M. S. Qualidade da informação nos portais eletrônicos governamentais brasileiros: análise da comunicação pública sobre os direitos da pessoa com deficiência. 2015. 105 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Programa de Pós-graduação em Comunicação. Universidade Est. Paulista Júlio Mesquita Filho (UNESP). Bauru-SP	(S) - Lei de Acesso à Informação e Democracia Digital
22- ALEIXO, T. C. N. Afeto e política: gênero, processos midiáticos e participação digital das vereadoras da região metropolitana de campinas. 2016. 96 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Programa de Pós-graduação em Comunicação. Faculdade Cásper Líbero, São Paulo-SP.	(S) - Democracia digital
23 -ARAUJO, A. C. E-transparência e abertura de dados como instrumentos de democracia digital: uma avaliação de portais das capitais brasileiras da região nordeste. 2016. 118 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporânea). Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea. Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador-BA.	(S) - Internet, renovação da espera pública e democracia digital (S) - Potencial da e-democracia em governos locais
24-ENGELBRECHT, C. W. Discurso político em meios digitais – Atores políticos no Facebook: Jean Wyllys e Marco Feliciano. 2016. 77 f. Dissertação. Mestrado em Comunicação. Programa de Pós-graduação em Comunicação. Faculdade Cásper Líbero, São Paulo-SP.	(S) - Democracia Digital e Comunicação Política na internet
25-GIORGI, B. S. I. Comunicação pública e democracia digital: a qualidade da informação sobre políticas públicas para as mulheres nos	(C) - Democracia digital e governo eletrônico

portais web governamentais. 2016. 144 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Programa de Pós-graduação em Comunicação. Universidade Est. Paulista Júlio Mesquita Filho (UNESP). Bauru-SP.	
26-MATOS NETO, E. O. A democracia digital nos parlamentos latino-americanos: um estudo sobre ferramentas e projetos de democracia digital nos portais dos órgãos legislativos nacionais da América Latina. 2016. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporânea). Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea. Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador-BA.	(S) - Democracia digital
27-BARROS, S. A. R. Consultas Online e Democracia Digital: um estudo comparativo da participação no Brasil e nos Estados Unidos. 2017. 233 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporânea) Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea. Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador-BA.	(C) - Por um modelo de esfera pública que compreenda a democracia digital
28-SILVA, M. P. A. Avaliação da e-transparência em portais de governos nacionais: uma comparação entre Brasil, Estados Unidos e Reino Unido. 2017. 263 f. Tese. Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas. Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea. Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador-BA.	(S) - Democracia Digital e <i>Transparência online</i>
29-COSTA, D. D. PIO da. Democracia Digital: como mobilizações feitas na internet influenciaram nos rumos da política da cidade do Rio de Janeiro (2011-2016). 2018. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Programa de Pós-graduação em Comunicação. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro-RJ.	(S) – Democracia Digital
30-KOBERSTEIN, E. L. Do cidadão ao cibercidadão: estudo das estratégias de comunicação no Facebook do Movimento Brasil Livre e da Mídia Ninja no impeachment de Dilma Rousseff. 2018 419 f. Dissertação. (Mestrado em Comunicação). PPG em Comunicação. Universidade Católica de Brasília. Brasília-DF	(S) - A ciberdemocracia
31-PECORARO, C. B. F. Comunicação e Transparência: o Facebook das prefeituras do Rio de Janeiro e São Paulo. 2018. 130 f. Dissertação. (Mestrado em Comunicação). Programa de Pós-graduação em Comunicação. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUCRio). Rio de Janeiro-RJ.	(C) Democracia Digital , transparência e comunicação pública
32-SANTANA, R. S. Participação on-line e off-line nas eleições presidenciais brasileiras de 2014. 2018. 202 f. Tese. (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporânea). Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea. Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador-BA.	(C) Democracia Digital e participação política

Quadro 2: PPG em Ciência Política (UFMG, UERJ, UnB, UFSCar, USP, UNICAMP)

Trabalho / referência	Discussão teórica da DD: Capítulo (C)/Subcapítulo (S)
01-CUNHA, L. R. Governança democrática e incorporação das novas tecnologias de comunicação e de informação: a experiência do Orçamento Participativo Digital de Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). 2011. 122 f. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte – MG	(C) - Participação civil, democracia digital e governança eletrônica

02-FARIA, C. F. S de. O parlamento participativo do Século XXI: pode o povo ajudar os parlamentares a fazerem leis melhores? 2012. 330 f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Programa de Pós-graduação em Ciência Política. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro-RJ.	(S) - Categorias de iniciativas de Democracia Digital .
03-FERREIRA, D. E. S. Participação e deliberação: análise do impacto dos usos das novas tecnologias digitais na dinâmica dos orçamentos participativos de Belo Horizonte. 2012. Tese (Doutorado em Ciência Política). Programa de Pós-graduação em Ciência Política. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte MG.	(S) - E-democracy ; e-government e a ampliação do cânone democrático
04-MENDES, M. S. Democracia Eletrônica para quem? Quem são, o que querem e como os cidadãos avaliam o portal da Câmara dos Deputados. 2012. 185 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Programa de Pós-graduação em Ciência Política. Universidade de Brasília (UnB). Brasília-DF	(C) - O que é democracia eletrônica?
05-WIVES, W. W. Situações de Conflito no uso da Internet: Embates e Soluções. 2013. 82 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Programa de Pós-graduação em Ciência Política. Universidade de Brasília (UnB). Brasília-DF.	(S) - Democracia Eletrônica
06- MONTEIRO, M. A. Cultura política e participação: as comunidades virtuais em debate. 2013. 160 f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)- São Carlos – SP.	(S) – Ciberdemocracia
07-PEREIRA, J. V.Q. É pra valer? Experiências da Democracia Digital Brasileira: Um estudo de caso do Marco Civil da Internet. 2016.142 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade de São Paulo (USP). São Paulo-SP.	(C) - Democracia Digital: disputas conceituais e avanços reais.
08-OLIVEIRA, M. C. L. de. Accountability e plataformas digitais de redes sociais: o caso do governo do Distrito Federal no Facebook. 2018. 98 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). PPG em Ciência Política, Universidade de Brasília (UnB). Brasília-DF.	(S) - Accountability e democracia digital: a trajetória dos estudos empíricos
09-SANTOS, L. G. de M. Governo aberto em São Paulo: democracia em políticas públicas. 2018. 411 f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas-SP	(C) - Da e-democracia ao governo aberto

Embora ainda não haja uma análise completa dos dados, pois essa é uma pesquisa em fase inicial de produção, considerando as categorias estabelecidas, esse exercício já permite perceber que:

- a) a discussão dessa temática é mais antiga e mais frequente nos PPGs de Comunicação: 32 dos 41 trabalhos encontrados foram produzidos nessa área, sendo que a partir do uso das cinco expressões filtro – democracia digital, democracia eletrônica, democracia *online*, e-democracia e ciberdemocracia - o primeiro trabalho encontrado foi de 2004. Destaque-se, todavia, que três anos antes houve a defesa da dissertação “As influências das novas tecnologias de comunicação social na formação política”, de NEDER (2001) no PPG em Ciências da Comunicação na Escola de Comunicação e Artes da USP. Esse trabalho, que

pode ser entendido como um dos pioneiros, na área que discute Internet e Política, contemplou um capítulo teórico cujo o título apresentava a expressão “democracia virtual”;

- b)** nos PPGs de Ciência Política foram encontrados apenas nove trabalhos, o primeiro deles de 2011;
- c)** a perspectiva prioritária dos trabalhos, produzidos em ambas as áreas, é institucional, ou seja, as pesquisas analisam, principalmente, iniciativas governamentais de utilização da internet, portanto, ações que partem do Estado em direção à sociedade;
- d)** nos PPGs de Comunicação o enfoque das investigações é no sentido de analisar iniciativas de: Comunicação Pública do tipo governamental, avaliando as estratégias e ferramentas comunicacionais, bem como as implicações em termos de participação; Transparência da Gestão (*Accountability*, Governo Aberto); Governos Eletrônicos e Consultas *Online* (viés deliberativo); além da discussão da qualidade da informação em portais eletrônicos governamentais;
- e)** nas pesquisas realizadas nos PPGs de Ciência Política o enfoque das investigações é no sentido de: identificar se a participação através de meios digitais pode ajudar os parlamentares a fazerem leis melhores; como se dá a participação e a deliberação a partir das NTICs e quem são, o que querem e como os cidadãos avaliam os parlamentos eletrônicos;
- f)** a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a UNESP/Bauru se destacam pela grande produção, entre os PPGs de Comunicação; essa com seis trabalhos produzidos e aquela com 13. Embora com menor produção, a Universidade de Brasília (UnB), seguida pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) se destacam na produção de teses e dissertações sobre o tema, entre os PPGs de Ciência Política. A UnB com três trabalhos e a UFMG com dois trabalhos;

- g) entre os autores referenciados nos capítulos teóricos sobre a democracia digital, em ambas as áreas, alguns começam a aparecer com mais frequência, como: Barber; Dahlberg; Delli Carpini; Norris e Rheingold – com publicações em língua inglesa – e Gomes e Maia, entre os autores brasileiros.

Cabe destacar que essa coleta de dados piloto possibilitou a constatação de que tanto nos PPGs de Comunicação quanto nos PPGs de Ciência Política há trabalhos que abordam práticas democráticas contemporâneas através da internet, mas não discutem teoricamente a democracia digital, questão que precisará ser dimensionada, nas duas áreas.

Considerações Finais:

Se a temática da democracia digital promove um encontro ou uma confluência da Comunicação com a Democracia, essa coleta de dados piloto demonstra que há desencontros também. Quais fatores poderiam explicar, por exemplo, o fato da área da Comunicação ter se apropriado mais dessa temática do que a Ciência Política? Ou por qual motivo a Ciência Política não discute essa temática com frequência? Isso pode ser um indicativo de que, para a Ciência Política, ainda não há um entendimento de que as NTICs inaugurem uma nova democracia, mas sim, que através da mediação do processo comunicativo, na internet, haja uma associação de elementos de várias teorias democráticas contemporâneas, especificamente o liberalismo, o deliberacionismo e o participacionismo.

A partir da pesquisa aqui divulgada, por exemplo, é possível relacionar alguns aspectos das teorias democráticas contemporâneas com a democracia digital: do liberalismo a possibilidade de oportunizar um sistema político inclusivo, plural, em que as minorias podem participar – possibilidade pois, entre outros fatores, a efetivação desse espaço de participação social depende da garantia de acesso dos cidadãos à internet; do deliberacionismo o discurso do espaço para discussão das questões públicas e do consenso e da teoria participacionista a potencial ampliação de espaço para decisões coletivas dos cidadãos.

Um encontro entre os trabalhos produzidos nos PPGs de Ciência Política e Comunicação se refere à perspectiva institucional ou seja, as pesquisas analisam,

principalmente, iniciativas governamentais de utilização da internet. Outro encontro diz respeito aos autores utilizados nos capítulos teóricos sobre democracia digital. Os mais frequentes estão presentes nos trabalhos das duas áreas.

Todavia, conforme descrito anteriormente, a ênfase dos estudos nas duas áreas são bem distintos.

Finalmente cabe destacar que a utilização da internet para a interlocução entre Estado e sociedade ratifica a incorporação da cultura digital na contemporaneidade e a possibilidade da mesma ser utilizada para fins políticos, mas ao se tratar da cibercultura, é preciso ter cautela, pois “depois da pura celebração cibercultural é preciso agora superar a ressaca advinda da frustração de muitas promessas não realizadas (ou concretizadas parcialmente) e observar com cuidado o que se mostra assim que todos os panfletos forem varridos”. (PRIMO, 2013, p.15). Nesse sentido, em termos de democracia digital, também é preciso juntar os panfletos, afinal há um potencial de ganhos democráticos nas iniciativas de democracia digital, mas, efetivamente, esses ganhos democráticos acontecem? Quais são eles? Em que medida são percebidos? Há iniciativas que garantem maiores ganhos democráticos que outras? Essas questões vão motivar a continuidade dessa investigação.

Referências:

ALBUQUERQUE, A. *Os desafios epistemológicos da Comunicação mediada pelo computador*. COMPÓS, Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Anais... 11., 2002. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

ARAÚJO, R. de P. A.; PENTEADO, C. L. C. e SANTOS, M. B. P. dos. *Democracia digital e experiências de e-participação: webativismo e políticas públicas*. Revista História, Ciências, Saúde. Manguinhos-RJ, v. 22, dez. 2015. p. 1597-1619.

BOBBIO, N. *O futuro da democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

CABRAL NETO, A. *Democracia: novas e velhas controvérsias*. Revista Estudos de Psicologia. Versão Online. Natal-RN. Vol. 02, n. 02. jul./dez. 1997, p. 287-312.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2007.

_____. *A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2003.

DAHL, R. A. *Poliarquia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

FERRARI, P. *Jornalismo Digital*, São Paulo, SP: Contexto, 2003.

GOMES, W. 20 anos de política, Estado e democracia digitais. In: SILVA, S. P.; BRAGATTO, R. C. e SAMPAIO, R. C. *Democracia digital, comunicação política e redes: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2016, p. 39-77.

_____. Participação política *online*: Questões e hipóteses de trabalho. In.: MAIA, R. C. M., GOMES, W. e MARQUES, F. P. J. A. (Org.). *Internet e participação política no Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 2011. p. 19-45.

_____. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. *Revista Fronteiras: estudos midiáticos*. Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS, São Leopoldo, RS, v.II, n 3, set.dez.2005, p. 214-222.

GOMES, W.; MAIA, R. *Comunicação e Democracia: problemas e perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008.

HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública: investigação quanto a uma categoria da esfera burguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

LANDIM, I. Um estudo sobre a relação entre democracia digital e a participação política a partir debate sobre o Programa Mais Médicos no *Facebook*. *Revista Eletrônica do Programa de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense*, Niterói, RJ, n.3, dez. 2013, p. 538-561.

LEMOS, A.; LÉVY, P. *O Futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária*. São Paulo: Paulus, 2010.

LEMOS, A. *Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea*. Porto Alegre: Sulina, 2008.

LÉVY, P. *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. Trad. Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Loyola, 2011.

_____. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

MARTINO, L. M. S. *Teoria das Mídias Digitais: linguagens, ambientes, redes*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MIGUEL, L. F. Teoria da democracia atual: esboço de mapeamento: BIB. In: *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, v. 59. Rio de Janeiro, 2005, p. 5-42.

PATEMAN, C. *Participação e Teoria Democrática*. Trad. Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PRIMO, A. Interações mediadas e remediadas: controversas entre as utopias da cibercultura e a grande indústria midiática. In: Alex Primo. (Org.). *Interações em rede*. Porto Alegre: Sulina, 2013, p. 13-32. Disponível em: https://www.academia.edu/12731813/Intera%C3%A7%C3%B5es_mediadas_e_remediadas

[adas controvérsias entre as utopias da cibercultura e a grande indústria midiática](#). Acesso 01 jun. 2018.

RECUERO, R. *Redes sociais na internet*. Porto Alegre - RS: Sulina, 2009.

ROUSSEAU, J-J. *Do contrato social ou princípios do direito político*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2010.

SCHUMPETER, J. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SILVA, S. P.; BRAGATTO, R. C. e SAMPAIO, R. C. *Democracia digital, comunicação política e redes: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2016.

SILVA, S. P. Graus de participação democrática no uso da internet pelos governos das capitais brasileiras. *Revista Opinião Pública*. Campinas, SP, v.XI, n.2, Out.2005, p. 450-468.

VELLOSO, R. *Tecnologia da Informação e Comunicação*. São Paulo: Saraiva, 2014.